

Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004**

INTRODUÇÃO: PRINCIPAIS OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A finalidade da presente investigação é explorar as relações entre as eleições legislativas, locais e europeias em Portugal durante o período democrático. Na secção seguinte apresentamos uma breve introdução ao sistema político português. Dada a importância relativa dos diferentes organismos que asseguram o seu funcionamento, iremos argumentar que as eleições locais, regionais e europeias são eleições nacionais de segunda ordem, ao

* Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Comunicação apresentada na conferência «A construção europeia pelo prisma das eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu», organizada pela Associação de Ciências Políticas francesa e pelo Grupo de Sociologia Política Europeia em Estrasburgo (IEP), 18-19 de Novembro de 2004. A versão inglesa está disponível em <http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/groupe/europe/europe.html>.

Foi apresentada uma versão preliminar da presente investigação na 98.^a reunião anual da American Political Science Association (APSA), como parte de um trabalho conjunto (Freire e Baum, 2002). A presente investigação é uma versão actualizada — com novos dados das eleições europeias de 1999 e 2004 e das eleições legislativas de 1999 — de um artigo publicado recentemente (Freire, 2004).

O autor agradece aos dois avaliadores científicos (*referees*) anónimos da South European Society & Politics, bem como a Susannah Verney, Michael Baum, Carlos Cunha e Marina Costa Lobo, as suas sugestões e críticas sobre versões anteriores desta investigação. O autor agradece ainda aos avaliadores científicos anónimos da *Análise Social*, bem como a todos os que comentaram o *paper* na conferência «A construção europeia pelo prisma das eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu», nomeadamente a Robert Harmsen (Queen's University of Belfast). Todas as deficiências que subsistem são, naturalmente, da exclusiva responsabilidade do autor.

passo que as eleições legislativas são eleições de primeira ordem. Utilizamos a definição de eleições nacionais de primeira ordem e de segunda ordem que é hoje habitualmente empregue na bibliografia (Reif, 1985b; Reif e Schmitt, 1980; v. também Marsh e Franklin, 1996, Marsh, 1998, e Norris, 1997). As eleições de primeira ordem são aquelas em que está em jogo algo de muito importante, designadamente o controlo do poder executivo nacional. Isto significa que, nos sistemas parlamentares, as eleições legislativas são de primeira ordem, tal como o são as eleições do chefe de Estado nos regimes presidencialistas. As eleições de segunda ordem, pelo contrário, não têm um impacto directo no controlo do poder executivo nacional.

A relação entre as eleições parlamentares e presidenciais nos sistemas semipresidencialistas é mais problemática. Por exemplo, ao descrever a V República Francesa, Reif considera que as eleições presidenciais e legislativas são ambas de primeira ordem, excepto em determinadas circunstâncias (Reif, 1985b; v. também Marsh, 1998). No entanto, os sistemas semipresidencialistas são efectivamente muito diversos. Em alguns deles — França, Finlândia, Polónia e Lituânia —, o presidente desempenha um papel muito importante, tendo, nomeadamente, o poder de propor legislação, promover referendos e presidir ao Conselho de Ministros (neste caso, o presidente é chefe do governo, pelo menos em algumas circunstâncias, nomeadamente quando não há uma situação de coabitação). Ao passo que noutros sistemas — Áustria, Bulgária, Islândia, Irlanda, Eslovénia, Roménia e Portugal a partir da revisão constitucional de 1982 — o presidente apenas exerce um controlo muito restrito sobre o poder executivo (Freire e Magalhães, 2002, pp. 71-91 e apêndice C). Por conseguinte, no caso destes últimos países, não podemos dizer que os resultados das eleições presidenciais e legislativas tenham a mesma importância no que se refere ao funcionamento do sistema político, porque não têm. As eleições parlamentares são nitidamente mais importantes. Somos, portanto, obrigados a concluir que a classificação de Reif não se pode aplicar inteiramente ao caso português nem a outros sistemas semipresidencialistas fracos. Além disso, pelo menos em Portugal, o cerne da competição e os alinhamentos dos actores que disputam as eleições presidenciais não têm sido sempre os mesmos que nas eleições legislativas, nomeadamente em termos da divisão esquerda-direita (v. Freire, 2004). Por todas estas razões, iremos concentrar a nossa análise, principalmente, nas comparações entre as eleições legislativas, por um lado, e as eleições locais e europeias, por outro lado.

Mas qual é a relação que existe entre as eleições de primeira e de segunda ordem em Portugal? O primeiro objectivo da presente investigação é comparar a evolução do sistema partidário e dos níveis agregados de volatilidade eleitoral (total e entre blocos) nos diferentes tipos de eleições. Devido às limitações sobejamente conhecidas das medidas agregadas de volatilidade,

iremos comparar as determinantes sociais e ideológicas das opções partidárias (voto partidário), a nível individual, em diferentes tipos de eleições (eleições locais e europeias, por oposição a eleições legislativas) — uma medida que substitui, a nível do indivíduo, a volatilidade entre blocos.

O segundo objectivo da investigação é testar teorias sobre ciclos eleitorais, comparando os resultados eleitorais agregados das eleições legislativas, locais e europeias em diferentes períodos do ciclo eleitoral nacional e utilizando como ponto de partida os vencedores de cada uma das eleições legislativas precedentes. A hipótese que aqui iremos testar é se as eleições de segunda ordem têm um carácter próprio ou se são utilizadas pelos eleitores como forma de manifestarem a sua satisfação ou o seu descontentamento em relação ao governo nacional.

No princípio de cada secção passaremos em revista a bibliografia sobre as eleições de segunda ordem e definiremos aquilo que a presente investigação acrescenta de novo ao que já sabemos sobre este tipo de eleições e sobre as suas relações com as eleições de primeira ordem. Mas há três contributos metodológicos que vamos mencionar desde já. Os estudos empíricos sobre as eleições de segunda ordem no contexto europeu têm estabelecido, normalmente, uma comparação entre as eleições legislativas e as eleições para o Parlamento Europeu (PE) e não incluem, habitualmente, uma perspectiva longitudinal. Utilizando apenas dados eleitorais portugueses (1975-2004), tencionamos superar em parte estas duas deficiências de estudos anteriores alargando as comparações a mais tipos de eleições de segunda ordem e introduzindo uma perspectiva a longo prazo. Com a perspectiva a longo prazo, pretendemos determinar se as eleições legislativas nacionais exercem uma influência estrutural sobre as eleições de segunda ordem, nomeadamente em termos de tendências a nível do formato do sistema partidário.

O terceiro contributo específico da investigação é o facto de se considerar apenas um único país em que se utilizam sistemas eleitorais muito semelhantes em diferentes tipos de eleições (exceptuando-se as eleições presidenciais) — v. adiante —, o que nos permitirá testar todas as hipóteses de uma forma sistemática, controlando simultaneamente outros factores institucionais, culturais, sociais e políticos susceptíveis de dificultarem uma comparação clara das eleições de primeira ordem com as de segunda ordem.

Por outro lado, a análise das eleições de segunda ordem pode ajudar-nos a conhecer e compreender melhor o sistema político-partidário português. Em primeiro lugar, poderá ajudar-nos a compreender que papel desempenham efectivamente as eleições de segunda ordem no funcionamento do sistema político. Em que medida é que este tipo de eleições, em Portugal, reflecte lógicas específicas (locais ou europeias)? E qual é o papel dos factores nacionais nas eleições portuguesas de segunda ordem? Tratar-se-á simplesmente de «eleições-barómetro» (Anderson e Ward, 1996)? Em se-

gundo lugar, sabemos que, desde 1987, existe uma tendência maioritária (no sentido do bipartidarismo) nas eleições legislativas (e no sistema político nacional no seu conjunto) (Bruneau *et al.*, 2001; Lopes e Freire, 2002, pp. 179-183). Mas será que esta tendência também está presente nas eleições de segunda ordem? Por outras palavras, será que as eleições de primeira ordem produzem um impacte a longo prazo nas de segunda ordem? Em terceiro lugar, poderá a análise das eleições de segunda ordem dizer-nos alguma coisa sobre o grau de sofisticação dos eleitores portugueses? Por exemplo, será que, tal como noutros países europeus, os eleitores portugueses se servem das eleições de segunda ordem para enviarem sinais ao governo nacional? E qual é o papel dos factores ideológicos nas eleições de primeira e de segunda ordem? Nas secções seguintes procuraremos responder a todas estas questões¹. Mas, primeiramente, vamos apresentar alguma informação contextual.

O PAPEL DAS ELEIÇÕES NO SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

Antes da revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974 em Portugal, em que praticamente não houve derramamento de sangue, pouco se ouvira falar na nação de eleições livres e justas com sufrágio universal e um sistema partidário competitivo. A transição de Portugal para a democracia iniciou-se com um golpe de Estado conduzido por jovens oficiais das forças armadas, que se comprometeram a realizar eleições populares livres e justas um ano após o golpe de Estado. As eleições para a Assembleia Constituinte portuguesa realizaram-se, conforme programado, em 25 de Abril de 1975 e um ano depois, em 25 de Abril de 1976, tiveram lugar as primeiras eleições legislativas constitucionais livres.

O sistema político português é um sistema semipresidencialista (Duverger, 1980), o que significa que as únicas duas instituições com legitimidade eleitoral a nível nacional e com competência para formar governo são o presidente da República (PR) e a Assembleia da República. O chefe de Estado é o presidente, eleito por sufrágio directo, que partilha, no entanto, o poder com um chefe de governo (o primeiro-ministro) que responde perante a Assembleia da República. Embora o presidente tivesse competências mais significativas entre 1976 e 1982, de que resultou um equilíbrio de poder «presidencial-parlamentar» pouco claro, a revisão constitucional de 1982 reduziu substancialmente os seus poderes (Shugart e Carey, 1992, cap. 2). O mandato presidencial é de cinco anos, apenas sendo permitidos dois mandatos sucessivos. Desde o princípio da transição para a democracia,

¹ O presente estudo não aborda a questão da participação/abstenção eleitorais. Sobre esta matéria, v. Freire e Magalhães (2002), Freire e Baum (2002) e Lobo (2003).

em 1974, realizaram-se em Portugal seis eleições presidenciais, tendo havido apenas uma ocasião em que foi necessário realizar uma segunda volta.

O poder legislativo, a Assembleia da República, é unicameral e a legislatura é composta por 230 deputados, eleitos por 22 círculos plurinominais (apresentamos adiante os sistemas eleitorais utilizados nos quatro tipos de eleições). A duração do mandato dos deputados é de um máximo de quatro anos. Em última análise, são as eleições legislativas nacionais que determinam o partido que irá formar governo, quem ocupará o cargo de primeiro-ministro e, como tal, quem irá partilhar o poder executivo com o presidente. São estas, sem dúvida, as eleições mais importantes do sistema político.

Também são realizadas, em Portugal, eleições menos importantes (em termos do seu contributo para o funcionamento do sistema político nacional), que têm lugar aos níveis local, regional e europeu. Foi apenas em 1976 que tiveram lugar as primeiras eleições locais e regionais com regras democráticas, após a promulgação da nova Constituição portuguesa. Este documento previa três níveis distintos de governação local (autarquias locais), de acordo com a respectiva delimitação territorial — a freguesia, o concelho e as regiões administrativas especiais dos Açores e da Madeira. A presente investigação incidirá apenas nas eleições locais, uma vez que as eleições regionais não abrangem o país inteiro.

As eleições para o Parlamento Europeu (PE) apenas começaram a realizar-se em Portugal e em Espanha em Junho de 1987, após a adesão dos dois países à Comunidade Europeia, em 1986. Os eleitores já foram às urnas cinco vezes para elegerem o PE e a importância destas eleições para a política nacional é idêntica à que têm noutros países da UE. Isto é, trata-se de eleições de importância secundária para o funcionamento do sistema político tanto em termos da ordem constitucional como (geralmente) em termos de consequências políticas. (No quadro n.º 1 apresentam-se as datas, resultados e outros dados sobre todas as eleições analisadas no presente artigo, incluindo as eleições presidenciais.)

SISTEMAS ELEITORAIS DE DIFERENTES ELEIÇÕES PORTUGUESAS

Os sistemas eleitorais utilizados nos vários tipos de eleições portuguesas são bastante semelhantes, à excepção das eleições presidenciais (v. Lopes e Freire, 2002, segunda parte). Estas últimas são disputadas com base num sistema maioritário a duas voltas. A personalização é uma das principais características das eleições presidenciais, embora os candidatos recebam geralmente apoio partidário. Este sistema obriga a uma aglutinação dos partidos políticos e não é favorável àqueles partidos que não conseguem inserir-se em coligações maiores, nomeadamente os partidos que são contra o sistema. Esta é uma outra razão para não incluirmos as eleições presidenciais na nossa análise.

Tipo de eleições, partido vencedor e tipo de governo nacional, 1975-2004
(percentagem do voto popular)

[QUADRO N.º 1]

Data	Eleições legislativas	Eleições legislativas	Eleições presidenciais	Eleições autárquicas	Eleições para o PE
1975	25 de Abril (PS: 37,9) Assembleia Constituinte	Governos provisórios			
1976	25 de Abril (PS: 34,9)	PS: governo de um único partido minoritário PS-CDS: coligação pós-eleitoral Governos presidenciais	27 de Junho (Ramalho Eanes: 61,5)	12 de Dezembro (PS: 33,2)	
1979	2 de Dezembro (PSD-CDS-PPM: 45,1)	PSD-CDS-PPM: coligação pré-eleitoral		16 de Dezembro (PSD-CDS-PPM: 47,2)	
1980	5 de Outubro (PSD-CDS-PPM: 47,6)	PSD-CDS-PPM: coligação pré-eleitoral	7 de Dezembro (Ramalho Eanes: 56,5)		
1982				12 de Dezembro (PSD-CDS-PPM: 41,9)	
1983	25 de Abril (PS: 36,1)	PS-PSD: coligação pós-eleitoral			
1985	6 de Outubro (PSD: 29,8)	PSD: governo de um único partido minoritário		15 de Dezembro (PSD: 34,0)	
1986			2.ª volta: 16 de Fevereiro (Mário Soares: 51,3)		
1987	19 de Julho (PSD: 50,2)	PSD: governo de um único partido maioritário			19 de Julho (PSD: 37,4)
1989				17 de Dezembro (PS: 34,9)	18 de Junho (PSD: 32,7)

(continua)

(continuação)

Data	Eleições legislativas	Eleições legislativas	Eleições presidenciais	Eleições autárquicas	Eleições para o PE
1991	6 de Outubro (PSD: 50,6)	PSD: governo de um único partido maioritário	13 de Janeiro (Mário Soares: 70,4)		
1993				12 de Dezembro (PS: 39,1)	
1994					12 de Junho (PS: 34,8)
1995	1 de Outubro (PS: 43,7)	PS: governo de um único partido minoritário			
1996			14 de Janeiro (Jorge Sampaio: 53,8)		
1997				14 de Dezembro (PS: 40,1)	
1999	10 de Outubro (PS: 44,1)	PS: governo de um único partido minoritário			13 de Junho (PS: 43,1)
2001			14 de Janeiro (Jorge Sampaio: 53,9)	16 de Dezembro (PSD: 39,7)	
2002	17 de Março (PSD: 40,2)	PSD-CDS: coligação pós-eleitoral			
2004					13 de Junho (PS: 44,5%)

Notas: (1) Indica-se o dia exacto da consulta para cada tipo de eleição, bem como a percentagem de votos do partido ou candidato (presidenciais) vencedor; (2) no caso das eleições legislativas, apresenta-se também o tipo de governo; (3) no caso das eleições autárquicas, os votos obtidos por coligações pré-eleitorais foram, em alguns casos, desagregados por partido (1989, 1993, 1997 e 2001), a fim de se poder calcular melhor os votos obtidos pelo vencedor (sobre as regras a que obedeceu este procedimento, veja-se, no texto principal, a secção intitulada «A evolução do sistema partidário em diferentes tipos de eleições»).

Fonte: Dados preparados pelo autor com base nos resultados eleitorais disponíveis em www.stape.pt.

Todas as outras eleições (legislativas, regionais, locais e europeias) são disputadas de acordo com o método de representação proporcional (RP) de Hondt e os eleitores não podem expressar preferências por candidatos específicos (listas fechadas). A única alteração significativa do sistema eleitoral das eleições legislativas durante o período democrático foi a redução do número de deputados — de 250 para 230 — a partir das eleições de 1991. Esta modificação traduziu-se numa diminuição da dimensão média dos círculos eleitorais, que passou de 11,4 lugares/círculo entre 1975 e 1987 para 10,5 lugares/círculo a partir de 1991². O sistema beneficia principalmente os partidos grandes (os que obtêm mais de 20% dos votos) é relativamente justo para os partidos de dimensão média (os que obtêm 9%-20% dos votos) e, dada a dimensão muito grande dos círculos de Lisboa e do Porto (48 e 38 lugares, respectivamente, nas eleições legislativas de 2002), permite também o acesso ao parlamento de partidos muito pequenos (os que obtêm entre 1,5% e 3% dos votos).

Os deputados ao PE são eleitos por um círculo eleitoral único (24 lugares, em 1987-1989 e em 2004, 25 lugares em 1994-1999). Por conseguinte, por um lado, a diferença entre o sistema das eleições para o PE e das eleições legislativas em termos de benefícios/desvantagens para os partidos pequenos (8% dos votos ou menos) e médios (9%-20% dos votos) tem aspectos contraditórios: no caso das eleições para o parlamento nacional, se considerarmos apenas os dois círculos eleitorais maiores (aproximadamente 48 e 38 lugares), pode dizer-se que o sistema eleitoral das legislativas é mais justo e, se considerarmos a dimensão média dos círculos (1975-1987, 11,4; 1991-2002, 10,5), dá-se o inverso. Por outro lado, é nítido que o sistema das eleições para o PE beneficia sobretudo os partidos pequenos e médios, porque realizar uma campanha num único círculo eleitoral exige menos recursos.

As eleições locais são disputadas em 308 municípios. As eleições autárquicas portuguesas são de dois tipos: primeiro, a nível municipal, elegendo o executivo e a assembleia; segundo, a nível da freguesia, elegendo a assembleia, de que emana o executivo da freguesia. Iremos considerar apenas as eleições locais mais importantes, isto é, as que elegem o executivo municipal (câmara municipal). Estas eleições são disputadas em círculos médios/pequenos — a dimensão média dos círculos nas eleições de 1997 foi de 6,56 lugares —, pelo que o sistema é menos favorável para os partidos mais pequenos. Além disso, são necessários recursos consideráveis (humanos, financeiros e organizativos) para fazer campanha nos 308 municípios, um outro aspecto que coloca em desvantagem os partidos mais pequenos — especialmente aqueles que carecem de uma estrutura organizativa forte a nível nacional. Uma outra particularidade das eleições locais para a câmara

² Contudo, é de referir que as dimensões dos círculos variam muito. Para mais pormenores, v. Lopes e Freire (2002), especialmente pp. 135-143.

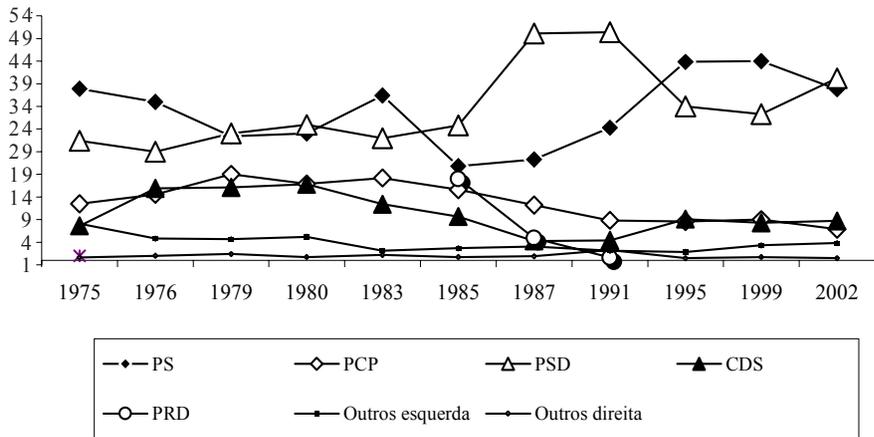
municipal é o facto de serem altamente personalizadas. Isto deve-se ao facto de as campanhas girarem em torno dos presidentes das câmaras, apesar de os eleitores votarem em listas fechadas.

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO EM DIFERENTES TIPOS DE ELEIÇÕES

A vida política da democracia portuguesa tem sido dominada por quatro partidos (v. gráfico n.º 1; para mais pormenores, v. Bruneau, 1997): o Partido Socialista (PS), de centro-esquerda; o Partido Social-Democrata (PSD), de centro-direita; o Partido Comunista Português (PCP), um partido comunista ortodoxo; o CDS/PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), um partido de direita. Na transição para a democracia, o PCP foi o único partido importante que se opôs ao modelo democrático liberal.

Evolução do voto em Portugal, 1975-2002
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 1]



Além disso, há vários micropartidos de esquerda e de direita que têm persistido na política portuguesa e que apresentamos na gráfico n.º 1 sob a designação de «outros da esquerda» e «outros da direita». Os dois maiores partidos (PS e PSD) têm controlado sempre o governo, quer como um único partido (PS: 1976-1977; 1995-2002; PSD: 1985-1995), quer como parte de uma coligação (PS-CDS: 1977-1978; PSD-CDS-PPM³: 1979-1983; PS-PSD: 1983-1985; PSD-CDS/PP: de 2002 até ao presente) (v. quadro n.º 1).

³ O PPM, Partido Popular Monárquico, é um micropartido de direita que defende a instituição de um regime monárquico.

Note-se que só em 1979 e em 1980 é que houve uma coligação pré-eleitoral com alguma relevância⁴ em eleições legislativas: a AD, Aliança Democrática, que juntou o PSD, o CDS e o PPM numa lista única, excepto nos Açores e na Madeira, onde cada um dos três partidos concorreu sozinho. No entanto, para seguirmos a evolução de cada um dos quatro grandes partidos e compararmos o desempenho dos partidos grandes com o dos partidos médios/pequenos em diferentes tipos de eleições desagregámos os votos em coligações de acordo com as seguintes regras: em primeiro lugar, calculámos a percentagem média de votos de cada partido (PSD, CDS e PPM) nas eleições realizadas antes (1976) e depois (1983) do período da coligação. Em segundo lugar, adicionámos estas três médias e determinámos a proporção do total de votos que correspondia a cada partido da coligação. Em terceiro lugar, utilizámos essa proporção para determinarmos a percentagem de votos de cada partido em 1979 e em 1980, multiplicando a proporção supracitada pela percentagem total de votos da coligação em cada uma das eleições. Aplicámos estes procedimentos aos dados apresentados nos gráficos n.ºs 1 e 2 e nos quadros n.ºs 2 e 3. Utilizámos um procedimento semelhante para as eleições locais, mas, dado que as coligações não abrangiam normalmente todo o país, pudemos medir a força de cada partido em todas as eleições e utilizar esses dados para desagregarmos os votos em coligações pré-eleitorais. Utilizámos também um procedimento semelhante para as eleições europeias. Note-se que, nas eleições de 2004 para o PE, os cálculos efectuados para desagregar os votos na coligação PSD-CDS/PP (Força Portugal) apenas tiveram em conta os resultados das eleições europeias anteriores (1999), porque no momento em que este artigo estava a ser escrito as eleições europeias de 2004 eram as mais recentes⁵.

Entre 1976 e 1985, os governos foram principalmente governos de coligação e nunca concluíram os respectivos mandatos (v. quadro n.º 1). As eleições gerais de 1985 foram críticas, na medida em que deram início a uma enorme transformação da política eleitoral portuguesa, acabando por pôr termo à instabilidade governamental anteriormente referida. Um novo partido

⁴ Houve outras coligações pré-eleitorais, mas considerámo-las um único partido. A FRS (Frente Republicana e Socialista) em 1980, que incluía o PS e outros micropartidos, a UEDS e a ASDI. Contudo, considerámo-la uma entidade única — PS/FRS. O PCP tem concorrido sempre em coligação desde 1979: APU (Aliança Povo Unido, 1979-1985), uma coligação com o micropartido MDP/CDE; CDU (Coligação Democrática Unitária, 1987-2002), uma coligação com um partido minúsculo, o PEV, e com independentes. Em ambos os casos, considerámos as coligações com os comunistas uma única força: PCP/APU e PCP/CDU.

⁵ Todos estes procedimentos de desagregação dos votos em coligações pré-eleitorais foram também utilizados para calcular o «número efectivo de partidos eleitorais» (gráfico n.º 2), e os índices de volatilidade (gráficos n.ºs 3 e 4).

formado por instigação do ex-presidente Ramalho Eanes (1976-1986), o PRD (Partido Renovador Democrático), participou nestas eleições e obteve 17,9% dos votos, reduzindo os votos do PS a 20,8%, os piores resultados de sempre deste partido em eleições legislativas. No entanto, os socialistas começaram a recuperar lentamente nas eleições seguintes (1987) e os resultados do PRD diminuíram para cerca de 5%, vindo praticamente a desaparecer nas eleições seguintes (1991).

As «eleições críticas» de 1985 apresentaram cinco características principais, algumas das quais apenas começaram a manifestar-se nas «eleições de realinhamento» de 1987 (Freire e Baum, 2002). Entre essas características principais, talvez a mais fundamental tenha sido a concentração dos votos nos dois maiores partidos: de 1975 para 1985, a soma das percentagens de votos nos dois maiores partidos (PS e PSD) foi apenas ligeiramente superior a 60% por duas vezes, mas, a partir das eleições de 1987, essa soma foi sempre superior a 70% e, normalmente, bastante superior. Este fenómeno provocou uma alteração fundamental no sistema partidário português em eleições legislativas, impulsionando-o no sentido do bipartidarismo.

Segundo as teorias sobre as eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985b; Anderson e Ward, 1997; Marsh, 1998; Oppenhuis, Eijk e Franklin, 1996a e 1996b; Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996), a primeira coisa a testar é se os partidos pequenos («outros da esquerda» e «outros da direita») e médios (PCP e CDS) têm obtido sempre melhores resultados em eleições de segunda ordem (locais e para o PE) do que em eleições de primeira ordem (legislativas). A segunda questão que se põe é a de saber se a tendência para a bipartidarização das eleições de primeira ordem também está presente em eleições de segunda ordem.

Dado que, antes de 1987, o sistema partidário em eleições legislativas estava bastante mais fragmentado, e como apenas houve eleições para o PE a partir de 1987, para compararmos as médias de eleições europeias (década de 1980 até à década de 2000) e de eleições legislativas também considerámos apenas o período da década de 1980 até à década de 2000 no caso das legislativas — os valores correspondentes são apresentados entre parênteses no quadro n.º 2 (última coluna). Se examinarmos o quadro n.º 2, constatamos que os dois maiores partidos (PS e PSD) obtiveram quase sempre melhores resultados nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda ordem. A única excepção foram as eleições da década de 1980, em que a percentagem média de votos destes dois partidos foi menor nas eleições legislativas do que nas eleições autárquicas. Esta excepção deveu-se ao facto de o novo partido, o PRD, ter obtido piores resultados nas eleições autárquicas e de o seu êxito a nível nacional ter sido obtido à custa da percentagem do PS. Assim, os partidos grandes obtiveram, normalmente, melhores resultados nas eleições de primeira ordem, tal como era de esperar.

No entanto, comparando as eleições locais e legislativas, não se trata de uma diferença muito grande. Durante todo o período (1974-2004), os dois maiores partidos obtiveram, em média, 69,2% dos votos nas eleições legislativas e 68,1% nas eleições locais. Tal como referimos, para podermos comparar correctamente as eleições europeias e as eleições legislativas só devemos considerar os resultados médios destas últimas no período desde a década de 1980 até à década de 2000, ou seja, 72,3%; isto significa, portanto, que, no caso das eleições europeias (67,4%), a diferença perante as legislativas (72,3%) é bastante mais acentuada do que no caso das eleições autárquicas. A reduzida diferença de desempenho entre os partidos grandes nas eleições legislativas por oposição às autárquicas deve-se, provavelmente, ao facto de o sistema eleitoral das eleições locais favorecer mais os partidos maiores, dada a menor dimensão média dos círculos eleitorais em comparação com as eleições legislativas. Além disso, a quantidade de recursos necessários para fazer campanha em cerca de 300 municípios também tende a produzir uma tendência semelhante. Sob este ponto de vista, a ligeira diferença de desempenho entre os partidos maiores nos dois tipos de eleições torna-se, efectivamente, mais relevante.

Percentagens médias de voto nos partidos políticos, por década, nas eleições de primeira e de segunda ordem

[QUADRO N.º 2]

Partidos políticos	Tipo de eleições	Década de 1970 (a)	Década de 1980 (a)	Década de 1990 (a)	Década de 2000 (a)	1975-2004 (a)
PS + PSD	Legislativas	59,6	61,1	77,9	78,0	(b) 69,2 (72,3)
	Autárquicas	58,6	63,4	74,2	76,1	68,1
	PE	—	60,1	71,7	70,5	67,4
PCP + CDS	Legislativas	28,6	26,5	16,1	15,6	(b) 21,7 (19,4)
	Autárquicas	34,9	29,5	20,5	16,8	25,4
	PE	—	27,7	21,1	15,9	21,6
PRD	Legislativas	—	11,5	0,6	—	(b) 6,0 (6,0)
	Autárquicas	—	2,8	—	—	2,8
	PE	—	4,4	0,2	—	2,3
Outros: esquerda e direita	Legislativas	6,9	4,1	3,6	4,3	(b) 4,7 (4,0)
	Autárquicas	3,9	1,7	3,3	2,7	2,9
	PE	—	6,6	4,0	9,2	6,6

(a) As percentagens de votos dos partidos políticos são as médias de cada década (1970, 1980, 1990 e 2000) ou de todo o período democrático (1975-2004).

(b) Dado que, antes de 1987, o sistema partidário em eleições legislativas estava bastante mais fragmentado, e como apenas houve eleições para o PE a partir de 1987, para compararmos as médias de eleições europeias (década de 1980 até à década de 2000) e de eleições legislativas também considerámos apenas o período da década de 1980 até à década de 2000 no caso das legislativas — os valores correspondentes são apresentados entre parênteses.

Fontes: Dados preparados pelo autor com base nos resultados eleitorais oficiais disponíveis em www.stape.pt e www.cne.pt.

Os partidos de dimensão média (PCP e CDS) sempre obtiveram melhores resultados nas eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem, embora na década de 2000 as diferenças entre as eleições europeias e legislativas tenham sido muito pequenas (v. quadro n.º 2). No caso destes partidos, é entre as eleições legislativas (21,7%) e as eleições autárquicas (25,4%) que as diferenças durante todo o período são mais acentuadas; a diferença entre as legislativas (19,4%) e as eleições para o PE (21,6%) é muito menor. Assim, embora estas últimas diferenças em termos de percentagem de votos sejam relativamente pequenas, são diferenças no sentido previsto pela teoria.

Os partidos mais pequenos («outros da esquerda e da direita») apenas têm um melhor desempenho nas eleições europeias (6,6% para todo o período) do que nas eleições legislativas (4,0% para o período da década de 1980 até à década de 2000). Quando comparamos as eleições legislativas (4,7% no período desde a década de 1970 até à década de 2000) com as eleições autárquicas (2,9%), verifica-se o inverso. Estas diferenças devem-se, provavelmente, aos sistemas eleitorais associados a cada um dos tipos de eleições de segunda ordem (a dimensão média dos círculos eleitorais é muito menor nas eleições locais do que nas europeias, o que significa que estas últimas são menos injustas para os partidos muito pequenos), mas também a diferenças em termos dos recursos (humanos, financeiros e organizativos) necessários para disputar as eleições locais e europeias. São necessários muito mais recursos para concorrer às eleições locais (308 círculos em 2001) do que para concorrer às eleições europeias (um círculo) e isto prejudica os partidos mais pequenos⁶. Por último, nas eleições legislativas os dois círculos maiores facilitam o acesso à representação de partidos pequenos, o que já não acontece com o sistema eleitoral das consultas locais.

Relativamente ao desempenho dos partidos em diferentes tipos de eleições — médias referentes às décadas e a todo o período —, procurámos determinar a significância estatística (teste *t* para amostras emparelhadas; margem de erro inferior a 10%) e as diferenças apenas se revelaram *não* significativas em dois casos. Primeiro, na comparação entre os votos dos partidos maiores nas eleições legislativas e locais ($p = 0,330$). Segundo, na comparação entre os votos dos partidos de dimensão média nas eleições legislativas e europeias ($p = 0,122$)⁷.

⁶ O PRD destaca-se como um caso especial. No caso das eleições legislativas, embora em 1987 fosse um partido de dimensão média, em 1987 já se tornara um partido pequeno, vindo a desaparecer a partir de 1991. A partir de 1985 só houve eleições de segunda ordem quando o PRD já estava em declínio (PE: 1987 e 1989; autárquicas: 1989), pelo que este partido nunca foi tão bem sucedido nestas eleições como nas consultas de primeira ordem de 1985. Além disso, sendo um partido novo, o PRD não tinha uma forte estrutura organizativa, que é especialmente necessária no caso de eleições locais.

⁷ As diferenças entre o presente artigo e a sua versão anterior (Freire, 2004) no que se refere ao desempenho dos partidos políticos em diferentes tipos de eleições devem-se a dois

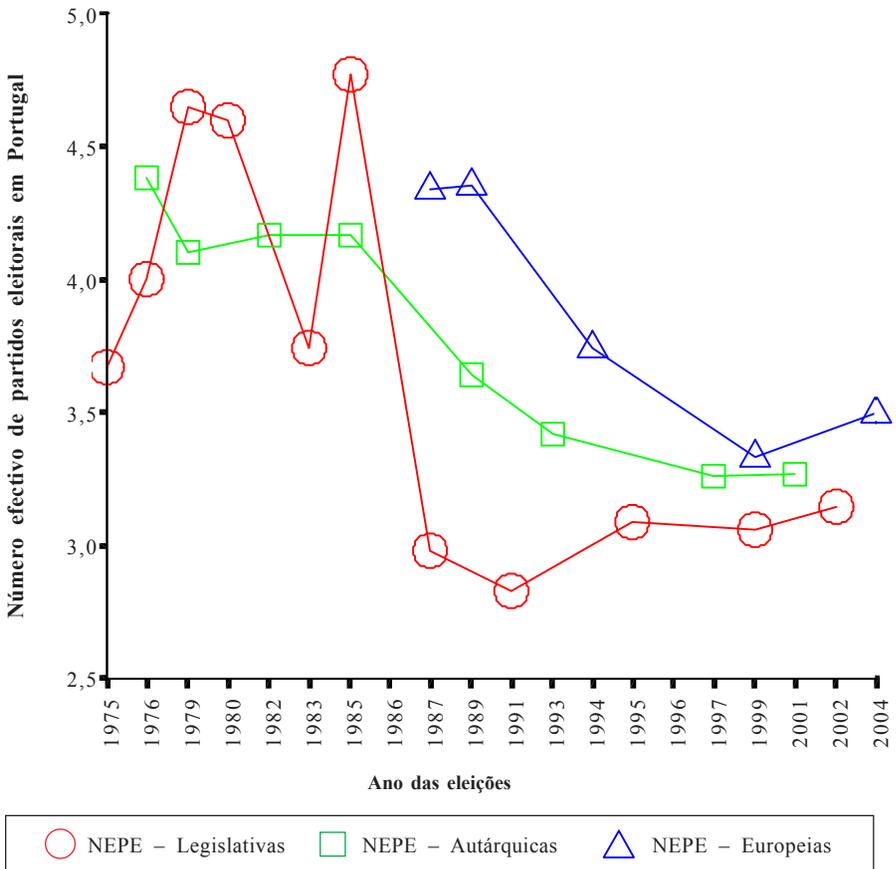
Procurámos também determinar se o desempenho dos partidos políticos em diferentes tipos de eleições revelavam quaisquer diferenças significativas a nível da divisão esquerda-direita (estes dados não são apresentados). Ou seja, desejávamos saber se o desempenho dos dois partidos médios (PCP e CDS) apresentava uma tendência semelhante nas eleições europeias e locais em comparação com as legislativas. Para isso comparámos os resultados destes dois partidos políticos em diferentes tipos de eleições realizadas em datas próximas, tal como fizemos no quadro n.º 2 para as percentagens de votos conjuntas. Ao compararmos as eleições europeias e legislativas, verificámos que o CDS tem geralmente um desempenho melhor do que o PCP no primeiro tipo de eleições por oposição ao segundo tipo. As únicas excepções são as eleições de 1999 (europeias em comparação com legislativas) e as da década de 2000 (eleições europeias de 2004 em comparação com as legislativas de 2002), em que o PCP obteve melhores resultados do que o CDS. Pelo contrário, se compararmos as eleições locais e as legislativas, constatamos que o PCP obtém normalmente melhores resultados do que o CDS nas autárquicas por oposição às legislativas. A única excepção são as eleições autárquicas de 1989 (em comparação com as legislativas de 1987), em que o CDS teve um melhor desempenho do que o PCP. O melhor desempenho do PCP nas autárquicas pode deve-se, talvez, a dois factores principais: em primeiro lugar, a existência de fortes zonas de influência eleitoral comunista nas regiões sul (tanto urbanas como rurais); em segundo lugar, a força da sua organização partidária (Lopes e Freire, 2002). Já é mais difícil explicar o melhor desempenho do CDS nas eleições europeias, especialmente porque apenas houve cinco eleições para o PE até à data. No entanto, o pior desempenho do PCP pode dever-se a uma posição anti-UE mais forte do que a do CDS. Mas para testar esta hipótese são necessários dados comparativos.

Por conseguinte, no que se refere ao desempenho dos vários partidos políticos portugueses, os dados empíricos confirmam geralmente as teorias sobre as eleições de primeira e de segunda ordem. Mas será que a evolução do sistema partidário que se verificou relativamente às eleições legislativas também se deu em relação às eleições de segunda ordem (locais e europeias)? O gráfico n.º 2 apresenta as tendências do «número efectivo de partidos eleitorais» (eleições legislativas, locais e europeias) nas eleições democráticas portuguesas. A medida «número efectivo de partidos» é a proposta por Laakso e Taagepera (1979) e foi aplicada aos resultados eleitorais.

factores: em primeiro lugar, o facto de se incluírem neste artigo as eleições europeias de 2004; em segundo lugar, ao compararmos as eleições legislativas e europeias no presente artigo, apenas considerámos o período entre a década de 1980 e a de 2000 para as primeiras. Em termos de resultados, as diferenças entre o presente artigo e o de Freire (2004) no que se refere ao desempenho dos partidos políticos em diferentes tipos de eleições apenas se prendem com a força das relações (que são mais fortes neste artigo) e com a sua significância estatística (no presente artigo, os resultados são mais significativos: v. nota 3 *in* Freire, 2004).

Número efectivo de partidos em Portugal

[GRÁFICO N.º 2]



Se compararmos as eleições de primeira ordem (legislativas) com as de segunda ordem (locais e europeias), constatamos que existe uma sincronicidade clara. Há uma tendência maioritária nos três tipos de eleições, com uma redução do número efectivo de partidos; além disso, parece haver uma inversão muito ligeira desta tendência nas últimas eleições legislativas (1999-2002), que também está patente nas eleições europeias mais recentes (1999-2004) (v. gráfico n.º 2). Por outro lado, verificamos que as eleições de segunda ordem parecem estar a perder o seu carácter peculiar em relação às eleições de primeira ordem. Em todas as eleições realizadas entre 1999 e 2004, as diferenças entre os três tipos de eleições no que se refere ao número efectivo de partidos são muito pequenas. Não é claro se isto será um sinal de que se está a iniciar uma nova era na política portuguesa. No entanto, as

eleições de primeira ordem parecem estar a contaminar em certa medida as de segunda ordem, um fenómeno que as teorias sobre as eleições de segunda ordem não prevêem. Isto poderá significar que as eleições de primeira ordem são mais importantes em termos de recursos financeiros públicos, de visibilidade na comunicação social e de estrutura organizativa. Por conseguinte, se alguns partidos perderem peso a nível nacional, isso tenderá a contaminar outros níveis de poder (autárquico e europeu). Além disso, num sistema político dominado por quatro grandes partidos, como o português, quando se dá o fenómeno supracitado em dois dos quatro principais partidos, esse declínio traduz-se depois numa redução do número efectivo de partidos eleitorais⁸.

NÍVEIS DE VOLATILIDADE ELEITORAL E DETERMINANTES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS DAS OPÇÕES PARTIDÁRIAS EM DIFERENTES TIPOS DE ELEIÇÕES

Nesta secção vamos procurar determinar se existe uma maior probabilidade de os eleitores modificarem as suas opções de voto nas eleições menos importantes (locais e europeias) do que nas eleições mais importantes (legislativas). Esta hipótese será testada utilizando dados agregados e dados a nível individual.

A nível agregado, utilizar-se-ão os conceitos de volatilidade eleitoral total e entre blocos (Bartolini e Mair, 1990, pp. 17-52 e 313-314). Considerando que as eleições de segunda ordem podem ser utilizadas pelos eleitores para manifestarem o seu descontentamento em relação ao governo, e dado que estas eleições não têm consequências directas no que se refere à formação do governo nacional, é possível que os eleitores sintam menos relutância em alterar as suas opções de voto nas eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem. Pensamos que isto poderá acontecer tanto em termos de transferência de votos dentro do mesmo quadrante ideológico (volatilidade intrabloco) como dentro do leque esquerda-direita (volatilidade entre blocos). Note-se que a soma da volatilidade intrabloco e entre blocos nos dá a volatilidade total.

Vamos começar por apresentar as definições operacionais. Em primeiro lugar, podemos expressar a volatilidade eleitoral total (VT) da seguinte maneira:

$$VT = (| P_i V | + | P_j V | + | P_k V | + | P_l V | \dots + | P_n V |) / 2$$

⁸ Sobre o número efectivo de candidatos eleitorais nas eleições presidenciais, v. Freire e Baum (2002).

em que PiV representa a alteração — em termos *absolutos* — do voto agregado nos partidos i, j, k, l e n entre duas eleições consecutivas (Bartolini e Mair, 1990, p. 20, *itálico no original*).

Note-se que entre PiV e PnV se representam todos os partidos que concorreram e obtiveram votos em pelo menos uma das duas eleições consecutivas em causa. Seguindo o modelo de Bartolini e Mair (1990, p. 20), medimos os votos em cada partido como uma percentagem do total de votos válidos. O índice é dividido por 2 «com base no pressuposto de que os ganhos líquidos acumulados equivalem às perdas líquidas acumuladas» e ainda para permitir uma interpretação mais intuitiva do índice: ao ser dividido por 2, o índice varia entre 0 e 100, em vez de variar entre 0 e 200.

Bartolini e Mair já analisaram pormenorizadamente algumas das questões metodológicas ligadas à criação deste e de outros índices de volatilidade (1990, pp. 20-22), mas podemos resumir a sua análise dizendo que esses índices apenas podem ser considerados medidas muito grosseiras das mudanças de sentido de voto. Em primeiro lugar, porque pode haver uma grande quantidade de transferências de votos que se anulam reciprocamente a nível individual, não sendo, portanto, detectadas pelas medidas agregadas. Em segundo lugar, porque mesmo eleições totalmente estáveis a nível individual podem estar associadas a uma grande volatilidade eleitoral agregada devido à abstenção e à transformação do corpo eleitoral (seja por entrada de novos eleitores, seja por saída definitiva de eleitores).

Seja como for, passemos à fórmula da volatilidade entre blocos (VB), que pode expressar-se da seguinte maneira:

$$VB = (| P(iV + jV + kV) | + | P(lV + mV + nV) |) / 2$$

em que $P(iV + jV + kV)$ representa a alteração *líquida* — em termos *absolutos* — do voto agregado nos partidos i, j e k , que pertencem todos ao mesmo bloco, entre duas eleições consecutivas (Bartolini e Mair, 1990, p. 22, *itálico no original*).

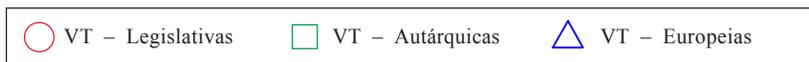
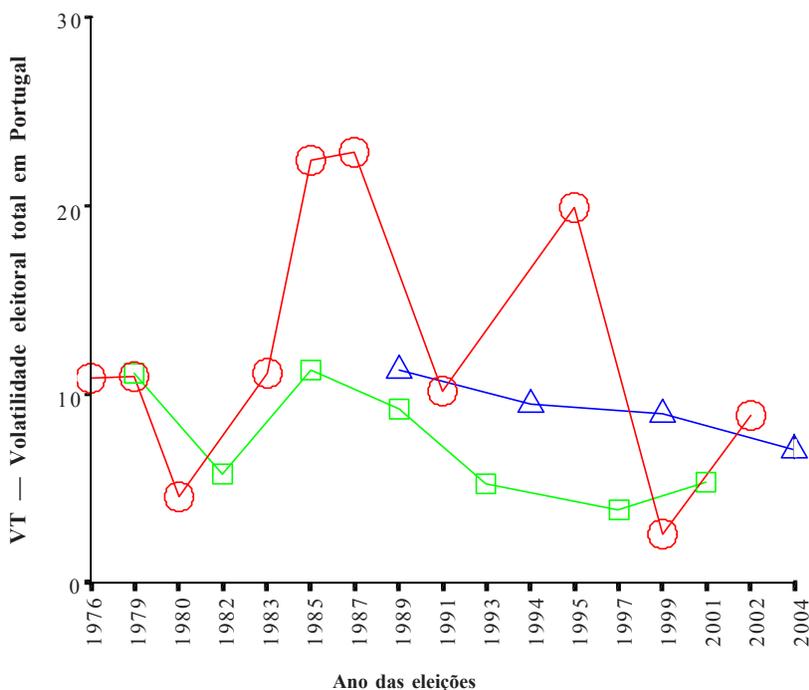
A lógica intrínseca desta medida é idêntica à da medida VT, só que neste caso se aplica a blocos de partidos e não a partidos considerados individualmente (Bartolini e Mair, 1990, p. 22). Utilizámos a fórmula VB para medir as transferências de votos entre os blocos de partidos portugueses de esquerda e de direita em duas eleições consecutivas, tal como fizeram Bartolini e Mair (1990, pp. 22-47 e 313-314). Como, em Portugal, esta clivagem política está associada tanto à clivagem de classes como à clivagem religiosa, também se pode considerar VB uma medida de mudanças de posicionamento em relação a essas duas clivagens.

Os gráficos n.ºs 3 e 4 mostram que nenhuma das duas hipóteses é empiricamente confirmada pelos indicadores de volatilidade a nível agregado. A volatilidade total (VT) é geralmente maior nas eleições legislativas do que nas

eleições autárquicas e europeias e, por vezes, bastante maior (1985, 1987 e 1995) (gráfico n.º 3). Há apenas duas pequenas exceções, as eleições legislativas de 1980 e 1999: em 1980, a VT situa-se praticamente ao mesmo nível nas eleições legislativas e nas autárquicas e, em 1999, a VT nas legislativas é muito inferior à das europeias. Quanto à volatilidade entre blocos (VB) — gráfico n.º 4 —, pode dizer-se que os resultados também são negativos, embora neste caso o panorama seja menos definido. As eleições legislativas de 1987 e 1995 apresentaram níveis de VB muito superiores a quaisquer níveis de volatilidade entre blocos jamais apresentados por eleições locais e europeias durante todo o período democrático. Além disso, excepto em 1980, 1985 e 1999, as eleições legislativas sempre apresentaram níveis de VB superiores aos das eleições locais — apenas três exceções num total de dez consultas. No caso das eleições para o PE, o panorama é menos definido. As eleições europeias de 1989 e 1999 apresentaram uma maior VB do que as legislativas de 1991 e 1999, mas, se compararmos as eleições europeias anteriores com as legislativas de 1987 e 1995, dá-se uma inversão total.

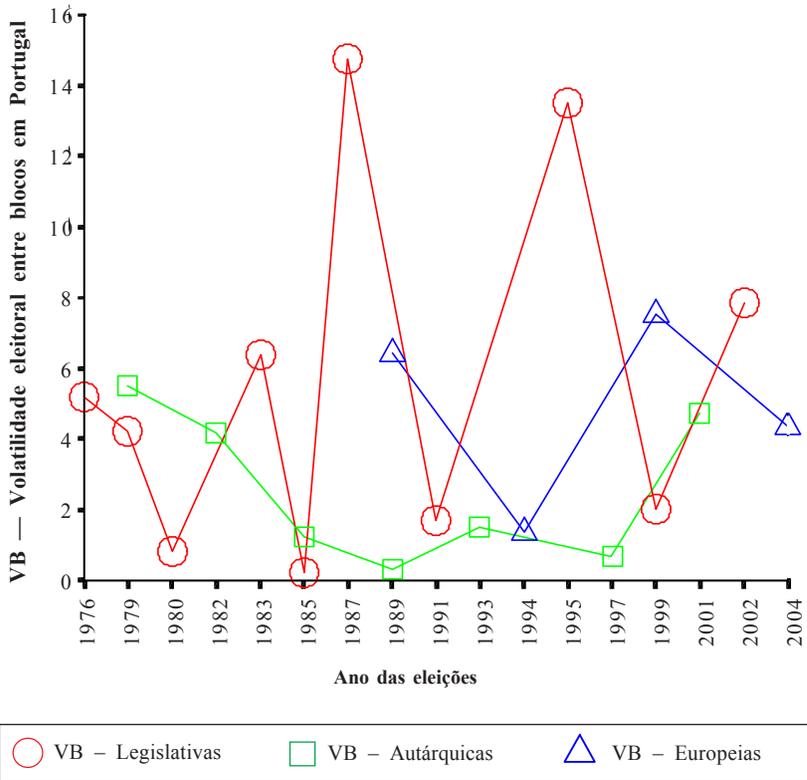
Volatilidade eleitoral total em Portugal

[GRÁFICO N.º 3]



Volatilidade eleitoral entre blocos em Portugal

[GRÁFICO N.º 4]



Como devemos interpretar estes resultados essencialmente negativos? Há duas explicações principais possíveis que não são necessariamente contraditórias. A primeira é essencialmente analítica. As eleições de segunda ordem estão apenas a ser utilizadas por pequenos segmentos do eleitorado para expressarem o seu descontentamento com o governo nacional existente. Os outros segmentos do eleitorado votam, de um modo geral, «sinceramente» nas eleições de segunda ordem, isto é, votam nos partidos que preferem sem quaisquer considerações de ordem tática e/ou de protesto (sobre o «voto sincero» em eleições de segunda ordem, v. Eijk e Franklin, 1996b, Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996, e Oppenhuis, Eijk e Franklin, 1996). Pelo contrário, as considerações de ordem tática poderão ter muito mais importância em eleições de primeira ordem para proporções maiores do eleitorado, traduzindo-se, portanto, numa volatilidade geralmente superior nessas eleições.

A segunda explicação é de carácter metodológico. A volatilidade agregada é apenas uma medida muito grosseira das mudanças de sentido de voto, na medida em que por vezes pode não reflectir inteiramente as mudanças de

preferências políticas a nível individual. Tal como se disse anteriormente, se houver muitas transferências de votos que se anulam reciprocamente — por exemplo, se parcelas iguais do eleitorado mudarem da esquerda para a direita e da direita para a esquerda —, esta volatilidade não é captada pela medida agregada de volatilidade entre blocos, e é isto que acontece, provavelmente, nas eleições locais, em que muitas transferências de votos da esquerda para a direita, e vice-versa, se anulam mutuamente.

Devido às limitações das medidas agregadas de volatilidade, a melhor maneira de calcular as mudanças de sentido de voto consiste em utilizar estudos de painel (Heath *et al.*, 1991, pp. 10-31). Em Portugal não havia nenhum Estudo Eleitoral Nacional (EEN) até há muito pouco tempo, nomeadamente até às eleições legislativas de 2002, e também não foi utilizado nenhum estudo de painel para estas eleições. Nunca houve muitos inquéritos de painel em Portugal, mas os inquéritos académicos sobre o comportamento eleitoral também são escassos. No entanto, é possível comparar as determinantes das opções partidárias em diferentes tipos de eleições utilizando dados do *Eurobarómetro* referentes aos estudos sobre as eleições europeias de 1989 (EB 31.1) e 1994 (EB 41.1), dos estudos sobre as eleições europeias de 1999 e 2004, do *Estudo Europeu de Valores (European Value Study)* 1999/2000 (3.^a ed.) e do inquérito do EEN português de 2002⁹. Procuraremos determinar se as determinantes sociais e ideológicas das opções partidárias são mais fracas em eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem, o que indicaria uma maior probabilidade de transferências de voto entre a esquerda e a direita nas eleições de segunda ordem.

O quadro n.º 3B mostra-nos claramente que as determinantes sociais e ideológicas do voto têm um maior impacto nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda ordem — o R^2 ajustado é de 0,299 e 0,419 para as eleições locais e legislativas, respectivamente. Este resultado é tanto mais importante se tivermos presente que as duas medidas agregadas de volatilidade revelaram que as eleições legislativas de 2002 se caracterizaram por uma maior volatilidade do que as eleições locais de 2001 (v. gráficos n.ºs 4 e 5). Mas sabemos, graças a estudos anteriores (Campbell, 1960 e 1993; Eijk e Franklin, 1996c), que uma das principais determinantes dos diferentes resultados das eleições de primeira e de segunda ordem é a participação eleitoral diferencial. Por conseguinte, as diferenças na força relativa das determinantes das opções partidárias nas várias eleições podem dever-se a níveis de participação diferentes; é possível que aqueles que participam em eleições de segunda ordem sejam os eleitores mais sofisticados¹⁰, e o seu comportamento poderá ser menos influenciado por clivagens e por posições ideológicas.

⁹ O inquérito pós-eleitoral (2002) incluía perguntas sobre o sentido de voto em eleições legislativas já realizadas (2002 e 1999), bem como nas autárquicas de Dezembro de 2001.

¹⁰ É evidente que utilizamos aqui o termo «sofisticado» em sentido lato. Também se poderia, perfeitamente, empregar o termo «volúvel». Os eleitores que manifestam posições

Ideologia, clivagens e voto em eleições europeias (PE) e legislativas, 1987-1994 — regressões pelo método dos mínimos quadrados (regressões OLS)

[QUADRO N.º 3A]

Variáveis independentes	Variável dependente: recordação do sentido de voto ordenado segundo uma escala esquerda-direita (excluindo as legislativas de 2004: intenção de voto)			
	Legislativas 1987 (beta e significância)	PE 1989 (beta e significância)	Legislativas 1991 (beta e significância)	PE 1994 (beta e significância)
Autoposicionamento na escala esquerda-direita	0,705***	0,683***	0,626***	0,586***
Educação	-0,013	-0,019	0,080**	0,072
Rendimento do agregado familiar	0,045	0,117**	0,028	0,100*
Sindicalização	0,054	-0,045	0,061	0,091*
Prática religiosa	0,112***	0,111**	0,077**	0,097*
Profissão	n. u.	n. d.	n. u.	n. u.
R ² ajustado	0,552 (0,554)	0,504	0,423 (0,381)	0,381
N	1000	1000	1000	1000
N válido	324	276	420	272

Notas: (1) * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$; (2) para o R^2 ajustado de eleições legislativas apresentamos dois valores: um que inclui o número total de pessoas que votaram nas legislativas, outro que inclui apenas aquelas que votaram nas eleições legislativas e europeias (entre parênteses); (3) n. u. = não utilizado; (4) autoposicionamento na escala esquerda-direita: 0 — esquerda; 10 — direita; (5) idade em que concluiu os estudos, ordenada da mais baixa para a mais alta; (6) «rendimento do agregado familiar (quartis): 1 — os mais pobres; 4 — os mais ricos; (7) sindicalização: 1 — sim; 2 — não; (8) prática religiosa: ordenada do valor mais baixo («nunca») para o mais alto («mais de uma vez por semana»); (9) profissão: 1 — operários industriais e agrícolas; 2 — empregados executantes da administração pública, comércio e serviços; 3 — profissões científicas e técnicas; (10) voto nas eleições legislativas: 1987: 1 — UDP (esquerda); 2 — PCP/CDU; 3 — MDP-CDE; 4 — PS; 5 — PSD; 6 — CDS; 7 — PPM; 8 — PDC (direita); 1991: 1 — PCP/CDU (esquerda); 2 — PS; 3 — PRD; 4 — PSD; 5 — CDS; 6 — PSN; 7 — PPM (direita); (11) voto nas eleições europeias: 1989: 1 — UDP (esquerda); 2 — PCP/CDU; 3 — MDP-CDE; 4 — PS; 5 — PSD; 6 — CDS; 7 — PPM; 8 — PDC (direita); 1994: 1 — UDP (esquerda); 2 — PCP/CDU; 3 — PS; 4 — PSD; 5 — CDS; 6 — PSN; 7 — PPM (direita); (12) no que se refere às eleições europeias, ao utilizarmos os dados do *Eurobarómetro*, apenas se consideraram os inquiridos com mais de 18 anos de idade; no caso das legislativas, devido ao facto de se utilizar também o «sentido de voto» em eleições anteriores, apenas se incluíram as pessoas com 20 anos de idade ou mais (1987) ou com 21 anos de idade ou mais (1991).

Fonte: Eleições europeias e legislativas de 1987 a 1994: dados preparados a partir dos *Eurobarómetros* 31.1 (1989) e 41.1 (1994), estudos n.ºs 9360 e 6535 do ICPSR (Inter-University Consortium for Political and Social Research).

ideológicas consistentes e uma lealdade partidária que corresponde a uma posição sociológica previsível podem ser tão sofisticados como aqueles que mudam constantemente de partido, se não mesmo mais sofisticados.

Ideologia, clivagens e voto em eleições locais, europeias (PE) e legislativas, 1999-2002 — regressões OLS

[QUADRO N.º 3B]

Variáveis independentes	Variável dependente: recordação do sentido de voto ordenado segundo uma escala esquerda-direita (excluindo as legislativas de 2004: intenção de voto)					
	PE 1999 (beta e signifi- cância)	Legislativas 1999 (beta e signifi- cância)	Autárquicas 2001 (beta e signifi- cância)	Legislativas 2002 (beta e signifi- cância)	PE 2004 (beta e signifi- cância)	Legislativas 2004 (beta e signifi- cância)
Autoposicionamento na escala esquerda-direita . . .	0,610***	0,430***	0,502***	0,617***	0,478***	0,505***
Educação	-0,064	-0,064	0,074	0,038	-0,044	-0,013
Rendimento do agregado familiar.	n.u.	0,063	n.u.	n.u.	n.u.	n.u.
Sindicalização	0,029	-0,084	0,090**	0,084**	0,021	0,033
Prática religiosa	0,007	0,127**	0,105***	0,068**	-0,179***	-0,080*
Profissão	-0,038	0,105**	0,011	0,030	0,010	-0,004
R ² ajustado	0,354	0,243	0,299	0,419 (0,415)	0,325	0,292
N	500	1000	1303	1303	1000	1000
N válido	169	303	554	538	368	478

Notas: (1) * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$; (2) para o R^2 ajustado de eleições legislativas apresentamos dois valores: um que inclui o número total de pessoas que votaram nas legislativas, outro que inclui apenas aqueles que votaram nas eleições legislativas e europeias (entre parênteses); excluímos o EVS 1999 porque não incluía uma pergunta sobre o sentido de voto nas eleições europeias; no caso do voto nas eleições legislativas de 2002 passa-se o inverso; (3) n. u. = não utilizado; (4) autoposicionamento na escala esquerda-direita: 1 ou 0 – esquerda; 10 – direita; (5) educação; no caso do EVS 1999 e do EEN português de 2002: nível de ensino mais elevado que o inquirido atingiu, ordenado do mais baixo para o mais alto; EES de 1999 e 2004: idade em que o inquirido deixou de estudar a tempo inteiro, em ordem ascendente; (6) rendimento do agregado familiar ordenado do nível mais baixo para o mais alto; (7) sindicalização: 1 – sim; 2 – não; (8) prática religiosa: ordenada do valor mais baixo (1: «nunca») para os valores mais altos («uma vez por semana» ou «mais de uma vez por semana»); (9) profissão: 1 – operários industriais e agrícolas; 2 – empregados executantes do comércio e serviços; 3 – profissões científicas e técnicas; para o EVS 1999: 1 – operários industriais e agrícolas; 2 – empregados executantes do comércio e serviços; 3 – profissões científicas e técnicas (assalariadas); 4 e 5 – pequena burguesia; 6 – empregadores; para o EES de 1999 e 2004, classe social subjectiva: 1 – classe trabalhadora; 5 – classe alta; (10) voto nas eleições europeias de 1999: 1 – BE – (esquerda); 2 – PCP/CDU; 3 – PS; 4 – PSD; 5 – CDS/PP (direita); (11) voto nas eleições legislativas de 1999: 1 – MRPP (esquerda); 2 – PSR; 3 – Bloco de Esquerda (BE); 4 – PCP/CDU; 5 – PS; 6 – PSD; 7 – CDS/PP (direita). (12) voto nas eleições locais de 2001: 1 – Bloco de Esquerda (BE) (esquerda); 2 – PCP/CDU; 3 – PS-PCP; 4 – PS; 5 – PSD; 6 – PSD-CDS-PPM; 7 – PSD-PPM; 8 CDS/PP (direita); (13) voto nas eleições legislativas de 2002: 1 – BE (esquerda); 2 – PCP/CDU; 3 – PS; 4 – PSD; 5 – CDS/PP (direita); (14) voto nas eleições europeias de 2004: 1 – BE (esquerda); 2 – PCP/CDU; 3 – PS; 4 – PSD-PP; 5 – PND (direita); (15) intenção de voto nas eleições legislativas de 2004: 1 – BE (esquerda); 2 – PCP/CDU; 3 – PS; 4 – PSD; 5 – PSD-PP; 6 – CDS/PP (direita).

Por conseguinte, a equação de regressão referente às eleições legislativas foi novamente aplicada, incluindo apenas os inquiridos que votaram tanto em 2002 como em 2001. O resultado reforça claramente o nosso argumento (R^2 ajustado = 0,415). As determinantes ideológicas e sociais das opções partidárias são mais importantes nas eleições de primeira ordem.

Se compararmos o voto nas eleições legislativas (1987 e 1991) e nas eleições europeias (1989 e 1994) utilizando os dados do *Eurobarómetro*¹¹, constatamos, mais uma vez, que as determinantes sociais e ideológicas das opções de voto são sempre mais importantes nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda ordem — os R^2 ajustados são 0,552 e 0,423 por oposição a 0,504 e 0,381, respectivamente (quadro n.º 3A). Estas diferenças são menos acentuadas do que aquelas que identificámos entre as eleições locais (2001) e legislativas (2002), mas são muito importantes, porque as medidas agregadas revelavam valores muito mais altos para as eleições legislativas do que para as eleições europeias. No entanto, as equações de regressão relativas às eleições legislativas foram novamente aplicadas, incluindo apenas aqueles que votaram em ambas as eleições: europeias e legislativas. Os resultados mostram que o panorama se manteve inalterado nas eleições de 1987 (0,554), mas não nas de 1991 (0,381), que agora se aproxima do das eleições europeias de 1994. Por conseguinte, só neste último caso é que as diferenças entre as determinantes das opções partidárias em termos da respectiva intensidade parecem dever-se a níveis de participação eleitoral diferentes.

Em relação ao nosso artigo anterior sobre este tema (Freire, 2004), no presente trabalho já nos é possível incluir dados de inquiridos que nos permitem comparar as eleições legislativas de 1999 (intenção de voto) com as europeias (recordação de voto), bem como comparar as eleições europeias de 2004 (recordação de voto) com as intenções de voto relativas a eleições legislativas (2004) (quadro n.º 3B). Ao contrário da análise anterior, os dados referentes a 1999 e 2004 revelam que, em ambos os anos, o voto foi mais influenciado por determinantes sociais e ideológicas nas eleições europeias do que nas legislativas, mesmo sem ter em conta os diferentes níveis de participação eleitoral.

¹¹ Os dois *Eurobarómetros* incluem perguntas sobre o sentido de voto em europeias (1994 e 1989) e legislativas (1991 e 1987).

Fontes: Eleições europeias 1999 – *European Election Study (EES) 1999*; eleições legislativas 1999 – *European Value Study (EVS) 1999/2000, The Third Wave* (trabalho de campo português, Outubro-Dezembro de 1999); eleições autárquicas e legislativas, 2001 e 2002, respectivamente: dados preparados com base no *Inquérito Pós-eleitoral – Estudo Eleitoral Nacional (EEN) português*, in Freire et al., 2003; eleições europeias 2004 – *European Election Study 2004*.

No nosso artigo anterior (Freire, 2004, p. 71) concluímos o seguinte: «Apesar de a nossa análise incidir apenas num conjunto limitado de eleições, os dados a nível individual permitem-nos concluir que as pessoas têm mais tendência para transferirem o seu voto entre blocos partidários nas eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem. No entanto, por vezes, estas diferenças entre as eleições de primeira e segunda ordem podem dever-se a níveis diferentes de participação eleitoral.» A análise dos novos dados de inquéritos referentes a 1999 e a 2004 obrigam-nos, porém, a modificar as nossas conclusões anteriores. Agora somos forçados a concluir que os dados a nível individual nos permitem inferir que as pessoas têm, por vezes, mais tendência para transferirem o seu voto entre blocos partidários/ideológicos em eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem; noutras ocasiões dá-se o inverso. Por conseguinte, temos de concluir que o fenómeno depende principalmente da conjuntura política.

CICLOS ELEITORAIS E DIFERENTES TIPOS DE ELEIÇÕES

A hipótese que vamos testar nesta secção é se as eleições de segunda ordem têm um carácter próprio ou se são utilizadas pelos eleitores como meio de manifestarem a sua satisfação ou descontentamento com o governo nacional (Tufté, 1975; Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985a e 1985b; Anderson e Ward, 1996; Shugart e Carey, 1992; Oppenhuis, Eijk e Franklin, 1996; Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996; Marsh, 1998). Alguns autores empregam medidas contínuas para a variável «ciclo eleitoral» (Marsh, 1998). Como os casos a analisar são muito poucos, utilizámos uma variável discreta com três categorias: o período de «lua-de-mel» (ou «estado de graça»), constituído pelos primeiros doze meses após as eleições legislativas anteriores; o período «intermédio» (a meio do mandato), que vai de treze a trinta e seis meses a contar das legislativas; o período «final» (parte final do mandato), isto é, de trinta e sete a quarenta e oito meses a contar das eleições legislativas. Recorde-se que, em Portugal, a duração normal do mandato do governo é de quatro anos (quarenta e oito meses), excepto se, por qualquer razão (especial), o presidente decidir convocar eleições antecipadas.

A terceira questão importante a resolver antes de passarmos aos testes empíricos tem a ver com as consequências políticas esperadas para o governo nacional em termos do comportamento eleitoral dos cidadãos em eleições de segunda ordem, que têm lugar em fases diferentes do ciclo eleitoral. Relativamente ao período «intermédio», há um consenso considerável na bibliografia, dado que a maioria dos autores considera que os partidos que integram o governo tenderão a perder votos em eleições de segunda ordem (Marsh, 1998; Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985a e 1985b; Tufté, 1975; Anderson e Ward, 1997; Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996; Oppenhuis,

Eijk e Franklin, 1996). No caso do período de «lua-de-mel» (por vezes, trata-se de eleições simultâneas), alguns autores sustentam que o governo nacional receberá nas eleições de segunda ordem um apoio maior ou quase idêntico ao das últimas eleições de primeira ordem (Marsh, 1998; Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985a e 1985b; Tufte, 1975). Outros defendem que, atendendo a que as eleições de segunda ordem realizadas durante o período de «lua-de-mel» não têm praticamente conseqüências nenhuma para o governo nacional, os eleitores tenderão a expressar um «voto sincero» (Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996; Oppenhuis, Eijk e Franklin, 1996). Por conseguinte, em sistemas pluripartidários os partidos maiores do governo e da oposição tenderão a perder votos a favor dos partidos mais pequenos. Por último, para alguns autores, o período «final» é um período em que o governo nacional tende a recuperar alguma popularidade, pelo que os partidos que controlam o governo tendem a perder menos votos do que em eleições realizadas no período «intermédio» (Reif e Schmitt, 1980; Reif, 1985a e 1985b). No entanto, outros sustentam que, uma vez que as eleições de segunda ordem tendem a desempenhar tanto melhor a sua função de marcadores do apoio da opinião pública ao governo quanto mais perto se realizarem das eleições de primeira ordem seguintes, ou seja, se tiverem lugar no período «final», os eleitores tenderão a expressar mais «votos de protesto» neste período (Eijk, Franklin e Oppenhuis, 1996; Oppenhuis, Eijk e Franklin, 1996). Segundo estes autores, portanto, os partidos que controlam o governo também tenderão a perder votos em eleições de segunda ordem se estas se realizarem na parte final do ciclo eleitoral.

À exceção do período de lua-de-mel, constatamos que o partido (ou partidos) que controla(m) o governo nacional perde(m) sempre apoio eleitoral (em termos de percentagem de votos) das eleições de primeira ordem para as eleições de segunda ordem subsequentes (quadro n.º 4). A partir de finais da década de 1980 até meados da década de 1990, essas perdas foram sempre consideráveis, nomeadamente superiores a 15 pontos percentuais; nas eleições europeias de 2004 o governo nacional voltou a registar perdas muito elevadas (-15,6%). As perdas no período intermédio são sempre superiores às do período final, tal como seria de esperar. No entanto, como apenas há um caso de eleições de segunda ordem no período final, não é possível extrair quaisquer conclusões. Relativamente ao reduzido número de casos de eleições no período de lua-de-mel, parece produzir-se uma espécie de «efeito do carro ganhador» em 1979 e 1985, mas na outra consulta (1987) parece dar-se um «efeito de voto sincero».

Existirá uma correlação entre o declínio da popularidade do governo e a diminuição da sua percentagem de votos em eleições de segunda ordem? A medida de popularidade do governo é o nível de popularidade do governo nacional no mês em que se realizam as eleições de segunda ordem (v. notas

do quadro n.º 4), que é semelhante à utilizada por Tufte (1975). Note-se que apenas dispomos de dados de inquéritos sobre a popularidade dos governos referentes ao período de 1986 a 2004 (v. fontes do quadro n.º 4).

**Ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1976-2004:
alterações no voto a favor do governo nacional em eleições
de segunda ordem e tendências de popularidade**

[QUADRO N.º 4]

Data e tipo de eleições de segunda ordem	Alteração das percentagens de voto do partido (ou partidos) que controla(m) o governo nacional: eleições de segunda ordem em comparação com as eleições legislativas anteriores (ou realizadas em simultâneo)			Popularidade do governo nacional (no mês das eleições de segunda ordem)
	Lua-de-mel: 0-12 meses após as eleições legislativas	Período intermédio: 13-36 após as eleições legislativas	Período final: 37-48 após as eleições legislativas	Não se aplica ao período de lua-de-mel
1976: L	–	–1,7	–	n.d.
1979: L	2,1	–	–	–
1982: L	–	–5,7	–	n.d.
1985: L	4,2	–	–	–
1987: PE	–12,8	–	–	–
Junho de 1989: PE	–	–17,5	–	28,7
Dezembro de 1989: L	–	–15,7	–	28,7
1993: L	–	–16,9	–	29,0
1994: PE	–	–16,2	–	31,0
1997: L	–	–3,6	–	33,3
1999: PE	–	–	–0,6	32,7
2001: L	–	–7,7	–	22,3
2004: PE	–	–15,6	–	24,3

Notas: n. d. = não disponível; L = eleições locais; PE = eleições europeias; *Popularidade do governo nacional*: v. as definições no texto do artigo.

Fontes: No que se refere aos resultados eleitorais, os dados foram preparados pelo autor com base nos resultados eleitorais oficiais disponíveis em www.cne.pt. Os dados relativos à popularidade do governo foram preparados pelo autor com base nas sondagens mensais realizadas pela Euroexpansão, uma unidade de sondagem comercial, entre 1986 e 2001, e publicados no *Expresso*, um semanário português. A partir de Janeiro de 2002, as sondagens mensais do *Expresso* passaram a ser realizadas por uma unidade de sondagem comercial diferente, a Eurosondagem, e a medida «popularidade do governo» foi alterada. Relativamente a esta questão, v. o texto do artigo.

No presente estudo, a popularidade do governo é um índice determinado com base nas respostas a uma pergunta destinada a avaliar o desempenho do governo, que foi calculado utilizando as seguintes fórmulas: para o período de 1986-2001 [(percentagem de respostas «muito bom» e «bom» * 2) + (percentagem de respostas «assim-assim» * 1) + (percentagem de respostas «mau» ou «muito mau» * 0)]/3; para o período de 2002-2004, por ter mudado a empresa de sondagens comercial ligada ao jornal *Expresso* (v. fontes do

quadro n.º 4) e ter sido modificada a pergunta do inquérito, utilizou-se a fórmula [(percentagem de respostas «avaliação positiva» * 2) + (percentagem de respostas «indiferente» e «não sabe/não responde» * 1) + (percentagem de respostas «avaliação negativa» * 0)]/3. Apresentamos, para cada período do ciclo eleitoral (lua-de-mel, intermédio, final), a perda (ou ganho) em termos de percentagem de votos nas eleições de segunda ordem por parte do partido (ou coligação) vencedor das eleições legislativas anteriores (primeira ordem), ou seja, a percentagem de votos nas eleições de segunda ordem menos a percentagem dos votos obtidos nas eleições de primeira ordem.

Tal como suspeitávamos devido ao reduzido número de casos de que dispúnhamos para analisar, a correlação entre esta medida e o desempenho eleitoral não é estatisticamente significativa, mas o seu valor é relevante e no sentido esperado (0,340). Além disso, se excluirmos o caso atípico (*outlier*) — 2001 —, a correlação passa a ser de 0,708 e estatisticamente significativa ($p = 0,075$). Este resultado confirma empiricamente, no caso português, o que parece ser uma conclusão geralmente aceite da bibliografia sobre eleições de segunda ordem (Europa) e eleições intercalares (EUA), ou seja, que a popularidade do governo nacional explica efectivamente as mudanças que se dão em termos de apoio entre as eleições de primeira ordem e de segunda ordem; por outras palavras, quanto maior for a popularidade do governo durante o mês das eleições de segunda ordem, menos votos perderá nestas eleições.

Mas a perda de apoio do governo nacional em eleições de segunda ordem também depende da situação económica do país. No entanto, as relações só são pertinentes e no sentido esperado no caso do crescimento do PIB e das despesas de consumo final dos agregados familiares: quanto maior for o crescimento do PIB (0,747) ou das despesas de consumo final dos agregados familiares (0,736), menor será a perda de apoio. Estas duas correlações são ambas estatisticamente significativas: $p = 0,013$ e $p = 0,037$, respectivamente. No caso do crescimento anual da inflação (0,120) e do desemprego (-0,039), estas duas correlações não são estatisticamente significativas e no

¹² Para o período de 1976-1987, os dados económicos foram retirados de Barreto (2000); para o de 1989-1997, foram extraídos do CD-Rom *UN World Development Indicators*; para o de 1999-2004, são do INE (Instituto Nacional de Estatística). Note-se que os resultados do presente artigo em termos dos efeitos de factores económicos no comportamento eleitoral divergem dos de Freire (2004) devido ao facto de, no presente caso, termos considerado dados (económicos e políticos) referentes ao período de 1976-2004 ($N = 9$), ao passo que no primeiro artigo apenas tínhamos acesso a dados económicos referentes ao período de 1989-1997 ($N = 5$). As relações entre os factores económicos e as perdas do governo nacional em eleições de segunda ordem são agora mais fortes e muito mais significativas em termos estatísticos no caso do PIB e das despesas de consumo final dos agregados familiares; pelo contrário, no caso da inflação e do desemprego, as relações são mais fracas no presente artigo do que em Freire (2004), e no caso do primeiro indicador dá-se uma inversão de sinal do coeficiente.

primeiro caso é até no sentido errado¹². Estes dados indicam todos, claramente, que os resultados de eleições de segunda ordem são afectados, pelo menos em parte, por factores nacionais, mesmo no caso de eleições locais ou europeias.

CONCLUSÕES

Uma vez que, em Portugal, os sistemas eleitorais dos diferentes tipos de eleições são muito semelhantes (excepto no caso das eleições presidenciais), podemos comparar as tendências do comportamento eleitoral controlando, simultaneamente, outros factores institucionais, culturais, sociais e políticos susceptíveis de dificultarem em certa medida as comparações a nível nacional. Embora a análise do caso português esteja sujeita a várias limitações devido ao reduzido número de eleições consideradas em certos estudos, bem como à escassez de dados de inquéritos aos eleitores, especialmente no caso das eleições autárquicas, mesmo assim consideramos que se trata de um caso interessante que nos permite testar muitas afirmações teóricas da bibliografia sobre eleições de segunda ordem.

Em primeiro lugar, tal como seria de esperar, segundo essas teorias, os partidos pequenos (menos de 9% dos votos) e médios (9%-20% dos votos) têm um melhor desempenho nas eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem. Os partidos médios obtêm melhores resultados em todas as eleições de segunda ordem, mas é apenas na comparação entre as eleições locais autárquicas e as legislativas que as diferenças são maiores e estatisticamente significativas. Os partidos pequenos apenas obtêm melhores resultados nas eleições europeias do que nas legislativas, o que já não acontece nas autárquicas. Por último, os partidos grandes (mais de 20% dos votos) têm efectivamente um melhor desempenho nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda, mas as diferenças são maiores quando se comparam as eleições legislativas e europeias; além disso, só neste último caso é que as diferenças são estatisticamente significativas. Por vezes, as diferenças entre o desempenho dos partidos em tipos de eleições diferentes não são notórias. Pensamos que estas diferenças relativamente pequenas se devem *em parte* a algumas contingências institucionais: diferenças em termos da dimensão média dos círculos eleitorais e dos recursos necessários para realizar as campanhas eleitorais. No que se refere à dimensão dos círculos, as eleições legislativas são aquelas que mais probabilidades têm de beneficiarem mais os partidos pequenos (e médios), em grande medida devido à enorme dimensão dos círculos de Lisboa e do Porto. No entanto, nas eleições para o PE o círculo único não é pequeno (25 lugares), especialmente em comparação com a dimensão média dos círculos eleitorais das eleições

legislativas (10,5 lugares). O mesmo não se poderá dizer das eleições autárquicas, em que os círculos são, de um modo geral, bastante pequenos (cerca de 6 lugares, em média). Por outro lado, no que se refere aos recursos (humanos, financeiros, etc.) necessários para realizar as campanhas eleitorais, as eleições europeias são as que beneficiam mais os partidos pequenos e médios, seguindo-se as legislativas — 22 círculos — e as autárquicas — 308 círculos. Por conseguinte, os condicionamentos institucionais explicam claramente o facto de os partidos pequenos terem um melhor desempenho nas eleições europeias do que nas legislativas, mas não nas autárquicas. Contudo, o desempenho dos partidos médios não é influenciado por condicionamentos institucionais: é nas autárquicas que estes partidos obtêm melhores resultados. Portanto, no último caso, este fenómeno poderá dever-se às zonas de influência dos partidos políticos, que são particularmente fortes no caso do PCP — recorde-se que este é o partido de dimensão média que normalmente obtêm melhores resultados nas eleições locais. Em qualquer caso, pensamos que estas questões merecem uma análise mais aprofundada, utilizando estudos comparativos e mais estudos de caso.

Portugal surge como um caso muito interessante porque as alterações a nível do sistema partidário nas eleições de primeira ordem se reflectiram nas de segunda ordem. Desde 1987 existe uma tendência maioritária (no sentido do bipartidarismo) nas eleições legislativas, que se traduz numa tendência nítida para uma maior bipartidarização do sistema partidário. Apesar de um ligeiro desfasamento, a mesma tendência está presente nas eleições de segunda ordem. Uma das consequências desta tendência para a bipartidarização tanto nas eleições de primeira ordem como de segunda ordem é o facto de ela diluir as especificidades das eleições de segunda ordem, isto é, de certa maneira, diluir o melhor desempenho esperado dos partidos pequenos e médios nestas eleições.

No que se refere às mudanças do sentido de voto em eleições de primeira e segunda ordem, os resultados são de natureza diversa. A nível agregado, a volatilidade eleitoral (total ou entre blocos) foi quase sempre maior nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda ordem, ao contrário daquilo que esperávamos. No entanto, os dados a nível individual revelaram que, consoante a conjuntura política e, muito provavelmente, o peso relativo das pressões no sentido do voto táctico, os eleitores por vezes tendem mais a transferirem o seu voto entre os blocos de esquerda e de direita nas eleições de segunda ordem do que nas de primeira ordem, tal como seria de esperar, embora isto se deva por vezes a uma participação eleitoral diferencial entre os dois tipos de eleições; noutras ocasiões e noutras circunstâncias dá-se o inverso (tal como nos revelaram os dados referentes a 1999 e a 2004). Portanto, nesta matéria, uma questão fundamental que se coloca para futuras pesquisas é a de especificar as condições contextuais que permitem

explicar efectivamente aquelas variações entre as diferentes eleições. Concluímos que as diferenças identificadas entre os resultados a nível agregado e a nível individual se devem, provavelmente, às limitações das medidas agregadas de volatilidade. No entanto, como não temos inquéritos suficientes para testar estas questões, trata-se de um aspecto que valerá a pena investigar mais aprofundadamente, utilizando outros estudos comparativos e de caso.

Em Portugal, tal como noutros países, os eleitores servem-se das eleições de segunda ordem para expressarem o seu descontentamento com o governo nacional. Além disso, a perda de apoio eleitoral do governo nacional entre eleições de primeira e de segunda ordem depende não só da popularidade do governo, mas também da situação económica do país.

Os dados sobre as eleições portuguesas revelaram que a influência de factores nacionais em eleições de segunda ordem é manifesta não só a curto prazo, mas também a longo prazo — isto é, em termos de alterações do sistema partidário. Por outro lado, a semelhança crescente entre as eleições de primeira e de segunda ordem, nomeadamente em termos da evolução agregada do sistema partidário, significa que o modelo de eleições de segunda ordem poderá estar a perder algum valor heurístico em Portugal.

Isto não significa, porém, que os factores locais e supranacionais não sejam também importantes nas eleições autárquicas e europeias, respectivamente, mas sim que os factores nacionais têm um impacto importante, persistente e estrutural nas eleições de segunda ordem.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, C., e WARD, D. (1996): «Barometer elections in comparative perspective», in *Electoral Studies*, 15 (4), pp. 447-460.
- BARRETO, ANTÓNIO (ed.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, vol. II, *Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BARTOLINI, S., e MAIR, P. (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BRUNEAU, T. (ed.) (1997), *Political Parties and Democracy in Portugal: Organizations, Elections, and Public Opinion*, Boulder/Colorado, Westview Press.
- BRUNEAU, T., et al. (2001), «Democracy, Southern European style», in N. Diamandouros e R. Gunther (eds.), *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, pp. 16-83.
- CAMPBELL, A. (1960), «Surge and decline: a study of electoral change», in *Public Opinion Quarterly*, 24, pp. 397-418.
- CAMPBELL, J. E. (1993), «Surge and decline: the national evidence», in R. G. Niemi e H. Weisberg (eds.), *Controversies in Voting Behavior*, Washington, Congressional Quarterly Press, pp. 222-240.
- DUVERGER, M. (1980), «A new political system model: semi-presidential government», in A. Lijphart (ed.), *Parliamentary versus Presidential Government*, Oxford, Oxford University Press, pp. 142-149.

- EIJK, C. VAN DER, e FRANKLIN, M. (1996a), «The research: studying the elections of 1989 and 1994», in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 391-408.
- EIJK, C. VAN DER, e FRANKLIN, M. (1996b), «Coda: what we have learned about voting and elections», in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 391-408.
- EIJK, C. VAN DER, e FRANKLIN, M. (eds.) (1996c), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press.
- EIJK, C. VAN DER, FRANKLIN, M., e OPPENHUIS, E. (1996), «The strategic context: party choice», in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 332-365.
- FREIRE, A. (2001), «Presidentes e eleições presidenciais no Portugal democrático», in António Costa Pinto (ed.), *Os Presidentes da República Portuguesa*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- FREIRE, A. (2004), «Second order elections and electoral cycles in democratic Portugal», in *South European Society & Politics*, 9 (3), pp. 54-79.
- FREIRE, A., e BAUM, M. (2002), *Election Order and Electoral Cycles in Democratic Portugal, 1975-2002*, comunicação apresentada no 98.º Encontro Anual da American Political Science Association (APSA), Boston/MA, EUA, <http://apsaproceedings.cup.org/Site/abstracts/014/014004BaumMichae.htm>.
- FREIRE, A., e MAGALHÃES, P. (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, A., et al. (2003), *As Eleições Legislativas de 2002: Inquérito Pós-Eleitoral — Base de Dados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- HEATH, A., et al. (1991), *Understanding Political Change: The British Voter 1964-1987*, Oxford, Pergamon Press.
- LAAKSO, M., e TAAGEPERA, R. (1979), «Effective number of parties: a measure with application to West Europe», in *Comparative Political Studies*, 12 (1), pp. 3-27.
- LOBO, M. C. (2003), «Legitimizing the EU? Elections to the European Parliament in Portugal, 1987-1999», in A. C. Pinto (ed.), *Contemporary Portugal: Politics, Society and Culture*, Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 203-226.
- LOPES, F. FARELO, e FREIRE, A. (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*, Lisboa, Celta.
- MARSH, M., (1998), «Testing the second-order election model after four European elections», in *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.
- MARSH, M., e FRANKLIN, M. (1996), «The foundations: unanswered questions from the study of European elections, 1979-1994», in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 11-33.
- NORRIS, P. (1997), «Second-order elections revisited», in *European Journal of Political Research*, 31 (1-2), pp. 109-114.
- OPPENHUIS, E., EIJK, C. VAN DER, e FRANKLIN, M. (1996), «The party context: outcomes», in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 287-305.
- REIF, K. (1985a), «National electoral cycles and European elections», in *Electoral Studies*, 3 (3), pp. 244-255.

- REIF, K. (1985b), «Ten second-order elections», in K. Reif (ed.), *Ten European Elections*, Gower, Aldershot, pp. 1-36.
- REIF, K. (1997), «European elections as member state second-order elections revisited», in *European Journal of Political Research*, 31 (1-2), pp. 115-124.
- REIF, K., e SCHMITT, H. (1980), «Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results», in *European Journal of Political Research*, 8 (1), pp. 3-44.
- SHUGART, M., e CAREY, J. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TUFTE, E. (1975), «Determinants of the outcomes of midterm congressional elections», in *American Political Science Review*, 69 (3), pp. 812-826.